

BOLETIM 427

Brasília, 11 de setembro de 2017

FETICEMA e CONTRICOM promovem Simpósio sobre Reforma Trabalhista em São Luís (MA)

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Maranhão (FETICEMA), em parceria com a CONTRICOM e com o apoio dos sindicatos filiados e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST-MA), promoveu, na sede do Sindicato da Construção e do Mobiliário de São Luís, o 1º Simpósio sobre Reforma Trabalhista.

O evento contou com a participação de dirigentes da Federação e de representantes dos sindicatos filiados dos seguintes municípios: São Luís, Balsas, Codó, Rosário, Itapecuru Mirim, Chapadinha, Alto Alegre, Caxias, Timon, Santa Helena, Pinheiro, Cururupu, Bacabal e Açailândia.

Marcaram presença, ainda, representantes de outras categorias de trabalhadores: Gráficos, Empregadas Domésticas, Metalúrgicos, Alfaiates e Costureiras, Agentes Comunitários de Saúde, Químicos, Securitários, SINDEHOTEL e SINDJUS.

O presidente da FETICEMA, Francisco Viana, que também é o 2º vice-presidente da CONTRICOM, deu as boas-vindas a todos os participantes, convidados e palestrantes, agradecendo a todos “pelo sucesso do evento, na medida em que nos trouxe novas e importantes



Mazinho, ao centro e ao lado do presidente Francisco Viana, faz a mediação do Simpósio



Dra. Zilmara Alencar em sua palestra durante o

evento. “A medida em que nos trouxe novas e importantes informações e orientações para que possamos defender melhor os direitos da nossa categoria”.

CONTRICOM – A palestra principal sobre a reforma trabalhista ficou a cargo da advogada e assessora jurídica da CONTRICOM, dra. Zilmara Alencar, que falou sobre as consequências negativas da nova legislação do trabalho para as organizações sindicais e os trabalhadores em geral.

A advogada discorreu também sobre as orientações estratégicas que devem basear o trabalho dos sindicatos diante das novas regras trabalhistas.



Foi intensa a participação dos Sindicatos, inclusive de outras categorias, durante o Simpósio

O presidente da Confederação, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que mediu o evento, fez também uma análise da atual situação política e econômica do país e suas graves repercussões na vida dos trabalhadores, especialmente os da construção e do mobiliário.

Mazinho falou, ainda, sobre as iniciativas da CONTRICOM, das outras confederações e centrais para lutar pelas conquistas históricas dos trabalhadores: “a hora é de resistir para impedir os retrocessos e lutar para mudar a representação política desse país no próximo ano”.

Participou também dos debates o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de São Luís, Humberto França Mendes, cuja entidade sediou o evento.

O Simpósio contou com a participação do deputado estadual Ubirajara do Pindaré (Bira); do secretário do Trabalho, deputado Julião Amim; do companheiro Henriques, presidente da NCST-MA; e do dr. Marcos Aurélio, assessor jurídico da Federação.

Fonte: FETICEMA/COMUNICAÇÃO CONTRICOM



Centrais: Ato dia 22 pela retomada do crescimento e defesa do emprego

Pela retomada do crescimento, em defesa do emprego e contra a retirada dos direitos, as centrais sindicais (CTB, UGT, Força Sindical, Nova Central e CSB) realizarão no próximo dia 22 de setembro, às 10h, na frente do Masp, na Avenida Paulista, uma manifestação lúdica para marcar o início da Primavera.

Já nomeada como "Primavera de Lutas", as centrais sindicais ofertarão flores e denunciaram a agenda regressiva que não tem sinalizado saídas para a crise e nem caminhos para o combate ao desemprego, que já assombra mais de 26 milhões de brasileiros e brasileiras.

Serviço - São Paulo: Primavera de Lutas: "Pela retomada do crescimento, em defesa do emprego e contra a retirada dos direitos"
Quando: Dia 22 de Setembro, às 10 horas.
Onde: Avenida Paulista, na frente do Masp.

Fonte: Portal Vermelho



Temer discute mais ajuste e reforma da Previdência com ministros

Michel Temer reuniu-se sábado (9) com alguns ministros para debater a agenda econômica a ser implementada nos próximos meses. De acordo com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, um dos participantes da reunião, o governo decidiu retomar agora, “com toda a ênfase”, a discussão que trata da aprovação da reforma da Previdência Social no Congresso Nacional.

Meirelles disse que é “fundamental” que se aprove as mudanças na Previdência neste ano para que o Brasil entre em 2018 com a reforma feita, o que aumentará a confiança na recuperação econômica. Na opinião do ministro, será possível concluir a votação da reforma em outubro, mesmo com o atual cenário político que o Brasil vive.

“A agenda da reforma da Previdência e de outras reformas econômicas vai muito além de um governo, de um determinado momento do país. Está claro que, a manter a presente trajetória fiscal, o Brasil terá problemas importantes e sérios nos próximos anos”, declarou o ministro. Para Meirelles, os parlamentares que pretendem concorrer nas eleições de 2018 e participar do governo em 2019 são os maiores interessados na aprovação da reforma da Previdência neste ano.

Segundo o ministro, a situação fiscal demanda preocupações, mas existe um grande grau de confiança no mercado expresso pela alta das bolsas e pela queda do câmbio e dos juros. “A gente pressupõe que as reformas fundamentais

estão sendo aprovadas e que o teto de gastos está sendo implementado, mas evidentemente, para que isso se consolide, a reforma da Previdência é fundamental”, advertiu.

Ajuste fiscal - O ministro Henrique Meirelles informou que as medidas provisórias relativas ao ajuste fiscal ainda não têm data para serem publicadas. “Essas medidas estão sendo processadas, e eu não tenho a informação do dia específico que serão editadas”, informou. Para cumprir a meta de déficit primário (resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública) de R\$ 159 bilhões em 2018, o governo pretende antecipar a cobrança de Imposto de Renda dos fundos exclusivos de investimento, adiar os aumentos de salário dos servidores públicos por um ano e aumentar, de 11% para 14%, a contribuição dos servidores federais para a Previdência do serviço público.

Meirelles disse que a reunião teve dois momentos: o almoço e o debate da agenda econômica. Segundo o ministro, além dele e de Temer, os ministros Moreira Franco e Antonio Imbassahy participaram das discussões das medidas para a economia.

Fonte: Agência Brasil

MP que altera 'royalty' da mineração define plano de trabalho

A comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 789/2017, que trata da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) reúne-se nesta terça-

feira (12), às 14h30, para votar o plano de trabalho a ser proposto pelo relator, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG).

Pela MP, as alíquotas da Cfem, que é o royalty cobrado das empresas que atuam neste setor, terão variação entre 0,2% e 4%. O ferro terá alíquota entre 2% e 4%, dependendo do preço na cotação internacional.

Já os minérios restantes terão as seguintes alíquotas: 0,2% para aqueles extraídos sob regime de lavra garimpeira; 1,5% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil; 2% para aqueles cuja alíquota será definida com base na cotação internacional do produto; e 3% para bauxita, manganês, diamante, nióbio, potássio e sal-gema.

A MP também determina que as alíquotas deverão incidir sobre a receita bruta, e não mais sobre a receita líquida, como é hoje.

No caso de venda, a Cfem incidirá na receita bruta, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização. Já no caso de consumo, incidirá sobre a receita calculada, considerado o preço corrente do minério, de seu similar no mercado ou o preço de referência definido pela Agência Nacional de Mineração.

Nas exportações para países com tributação favorecida, a Cfem recairá sobre a receita calculada. Em leilões públicos, sobre o valor de arrematação. E no caso de extração sob regime de permissão de lavra garimpeira, sobre o valor da primeira aquisição do minério.

Fonte: Agência Senado



Janot denuncia ao STF senadores do PMDB por organização criminosa

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou sexta-feira (8) denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra senadores do PMDB pelo crime de organização criminosa. Foram denunciados os senadores Renan Calheiros (AL), Edison Lobão (MA), Romero Jucá (RR), Valdir Raupp (RO) e Jader Barbalho (PA), além do ex-senador José Sarney.

A íntegra da denúncia ainda não foi divulgada, mas está relacionada com a delação premiada do ex-diretor da Transpetro, Sérgio Machado, empresa subsidiária da Petrobras.

Segundo a PGR, os parlamentares são acusados de ter recebido R\$ 864 milhões em propina, por meio de desvios na Petrobras. Os desvios, de acordo com a denúncia, geraram prejuízo de R\$ 5,5 bilhões para a estatal e de R\$ 113 milhões para a Transpetro.

“As ações ilícitas voltaram-se inicialmente para a arrecadação de recursos da Petrobras por



meio de contratos firmados no âmbito da Diretoria de Abastecimento e da Diretoria Internacional, assim como da Transpetro. O aprofundamento das apurações levou à constatação de que, no mínimo entre os anos de 2004 e 2012, as diretorias da sociedade de economia mista estavam divididas entre os partidos políticos responsáveis pela indicação e manutenção dos respectivos diretores”, diz nota do MPF.

Fonte: Agência Brasil

Subcomissão do Trabalho debaterá legislação da OIT e Constituição Brasileira

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho promove audiência pública, na segunda-feira (11), a partir das 9h, para debater os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Constituição Brasileira para o trabalho.

Foram convidados Gabriela Neves Delgado, professora da Universidade de Brasília (UnB); Helder Amorim, procurador do Trabalho; Luis Carlos Moro, advogado trabalhista; e representantes da OIT, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesist/Universidade de Campinas) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A audiência, requerida pelo vice-presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), será no Plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Instalada em agosto, a subcomissão — que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) — tem o

objetivo de discutir a reforma trabalhista, recentemente aprovada, e criar um Estatuto do Trabalho. Presidido pelo senador Telmário Mota (PTB-RR), o grupo, formado por três senadores titulares e três suplentes, tem reuniões quinzenais e pretende apresentar o anteprojeto do Estatuto em 1º de maio de 2018, Dia do Trabalhador.

Fonte: Agência Senado

Conselho Nacional do Trabalho define regulamento interno

O Conselho Nacional do Trabalho, instalado pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, em 1º de junho deste ano, concluiu as discussões sobre o regimento interno do grupo na última semana, em Brasília. Agora, será produzido um documento para análise jurídica e, a partir daí, os integrantes do Conselho já poderão iniciar os debates em torno das grandes questões envolvendo o mundo do trabalho no Brasil.

O ministro, que abriu a reunião desta terça, lembrou que todas as deliberações do Conselho serão levadas em conta na elaboração das políticas públicas de emprego no país. “Neste momento que o país vive, este pode ser considerado um dos conselhos mais importantes da República. Ele é fundamental para o Brasil hoje”, afirmou.

O secretário de Relações do trabalho do Ministério do Trabalho, Carlos Lacerda, lembrou que o Conselho tem representantes de todas as pessoas envolvidas e diretamente atingidas pelas políticas de emprego do país. O grupo tem a

participação de 10 entidades representantes de trabalhadores, 10 de empregadores e nove ministérios. “Estamos trazendo a sociedade para dentro do governo para que ela participe ativamente de decisões que a afetam diretamente”, avaliou.

Fonte: MTb

CONTRICOM ainda não teve posição do Ministério sobre participação no CNT

A CONTRICOM reivindicou sua participação no Conselho Nacional do Trabalho (CNT) sob a alegação de que a confederação não é filiada a nenhuma central sindical e, portanto, nenhuma delas pode representá-la naquele órgão, como também pela importância do segmento da construção civil no processo de desenvolvimento nacional.

“Apresentamos nosso pleito ao ministro e esperamos uma resposta. Já estivemos no Ministério várias vezes e até agora nada. Não se trata de uma questão pontual, mas da importância que o segmento da construção civil tem para o processo de retomada do crescimento e da empregabilidade no país”, argumentou o presidente da Confederação, Francisco Chagas Costa – Mazinho.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Exigência de acordo para ajuizar dissídio coletivo é inconstitucional, diz TRT-8

O artigo 114 da Constituição prevê que se empresários ou empregados se recusarem a fazer negociação coletiva ou a levar a discussão para arbitragem, podem, de comum acordo, ajuizar um dissídio coletivo de natureza econômica. Para o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA e AP), no entanto, a expressão "de comum acordo" é inconstitucional.

O Pleno do tribunal entendeu, por maioria de votos, que a expressão, introduzida pela Emenda Constitucional 45/2004, enfraqueceu o poder normativo e os dissídios coletivos passaram a ser sistematicamente arquivados por falta de aceitação da parte contrária.

Com a inconstitucionalidade declarada, diz o TRT-8, os processos de dissídio coletivo de natureza econômica não serão mais extintos sem resolução do mérito por falta de aceitação de uma das duas partes.

A declaração de inconstitucionalidade foi suscitada pelo desembargador Georgeonor Franco



Filho e foi definida em processo de dissídio coletivo relatado pela desembargadora Francisca Formigosa.

Fonte: Consultor Jurídico

Mazinho visita Federação do Estado do Pará

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, visitou na última semana a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado do Pará (FETICOMPA), sediada em Belém, quando foi recebido pelo presidente da entidade, Agnaldo do Carmo Alcântara, entre outros dirigentes locais. O encontro contou, ainda, com a presença dos integrantes do Departamento Jurídico da Federação. Na pauta, o processo eleitoral da CONTRICOM e outros assuntos gerais de interesse dos trabalhadores.

Fonte: COMUNICAÇÃO CONTRICOM

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)